

Os calendários culturais como lugar de memória: a função cívica do setor cultural na ditadura civil-militar

Tatyana de Amaral Maia¹

RESUMO: O Conselho Federal de Cultura, entre 1966 e 1975, funcionou como uma estratégia de inserção dos grupos intelectuais diretamente ligados às tradicionais instituições de cultura no país. Incorporando os debates da historiografia brasileira sobre a ação dos intelectuais no Estado e analisando essa ação a partir das inter-relações entre o campo político e o intelectual, buscamos apresentar as práticas políticas e simbólicas, como a criação dos calendários culturais, para caracterizar as redes nas quais esses homens estavam inseridos e delimitar suas linhas de atuação. Os calendários culturais funcionavam como um lugar de memória, ao selecionarem os acontecimentos históricos, eventos e personagens considerados representativos da nacionalidade.

Palavras-Chaves: Conselho Federal de Cultura, Calendários Culturais, Lugares de memória.

ABSTRACT: The period of civil-military dictatorship (1964–1985) was marked by many institutional actions to organize the cultural policies whose goal was to make the democratization of the national culture possible. This article intends to analyse the experience of the Conselho Federal de Cultura, that belongs to Ministério da Educação e Cultura, searting the idea and importance the regionalism idea to create cultural policies during the period of military dictatorship.

Key-words: Conselho Federal de Cultura, Culturals Calendares, place of memory.

Os lugares de memória, tal como definidos por Nora, funcionam como guardiões dos estilhaços das memórias coletivas, selecionados por agentes socialmente legitimados para a tarefa de preservar os elementos singulares de identificação das sociedades modernas. Esses lugares, materiais ou não, surgem da necessidade de manter vivas as memórias ameaçadas pelos avassaladores processos de modernização e diferenciação sociais, forjando memórias capturadas pela construção histórica e que serão inseridas nos embates políticos dos diversos grupos sociais. Se as “memórias coletivas” transmitidas pelos rituais das sociedades tradicionais prevalecessem nas sociedades modernas, não criaríamos “lugares” para nos lembrar sobre os registros do passado; por outro lado, cabe aos sujeitos históricos apoiados na

¹ Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa é desenvolvida com o apoio financeiro da CAPES.

história e nos embates conjunturais definir quais serão esses lugares e como eles devem ser edificados. “É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história, arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”(NORA, 1993: 07-18) através dos agentes sociais responsáveis por construir os lugares de memória.

Dessa forma, os lugares de memória construídos pela incapacidade da transmissão integral das memórias coletivas funcionam como espaços políticos na formação das identidades sociais. Dos diversos lugares simbólicos que podem ser classificados como “lugares de memória”, iremos analisar os Calendários Culturais produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, durante a ditadura civil-militar, que por sua função e constituição representam um tipo de lugar de memória.

A elaboração anual do Calendário Cultural era assunto de grandes divergências entre os conselheiros e as Câmaras; afinal, os nomes e instituições selecionadas para o Calendário Cultural eram obrigatoriamente homenageados pelo Conselho nas reuniões plenárias. As atas do Conselho Federal de Cultura, publicadas no periódico oficial do Conselho, registravam integralmente as comemorações das efemérides indicadas nos calendários culturais. Josué Montello, presidente do CFC, creditava ao Calendário uma função educativa, pois seu objetivo era informar as datas nacionais representativas às instituições culturais e ao país, incluindo também datas internacionais consideradas significativas para a “Humanidade”. Na definição do Calendário de 1968, Andrade Muricy, representante da Câmara de Artes, criticou o calendário apresentado, identificando no projeto inicial a excessiva valorização das efemérides e a ausência de eventos contemporâneos de natureza cultural. Na tentativa de inserir outros itens, o conselheiro solicitou um prazo maior para apresentação das propostas. Na 101ª sessão plenária, realizada em 25 de setembro de 1968, foram debatidas as regras do Calendário. As Câmaras do Conselho apresentaram suas propostas para a definição dos critérios de organização do Calendário: a Câmara de Letras sugeriu que o Calendário fosse exclusivamente dedicado à vida cultural brasileira, excluindo-se datas cívicas e científicas; a proposta recebeu apoio da Câmara de Artes e Ciências Humanas. A Câmara de Letras também propôs que nenhum acontecimento inferior a cem anos fosse incorporado ao Calendário. A Câmara de Artes sugeriu que o Calendário fosse dividido em duas partes: primeiro, as propostas do ano para o setor; depois, a comemoração das efemérides. Ariano Suassuna apoiou a proposta, sugerindo a criação de uma agenda da cultura com as datas dos eventos anuais e a manutenção do calendário com a descrição apenas das efemérides. Ficou aprovado que o Calendário trataria preferencialmente das temáticas relacionadas à cultura

apenas através da comemoração de efemérides. Por sugestão de Pedro Calmon, as normas para a inclusão das datas comemorativas não foram rigidamente definidas. O debate foi então encerrado com a aprovação da proposta de Montello para a inclusão ao lado do Calendário das “Grandes Datas Universais”.

“O Conselho Federal de Cultura, que elabora e divulga o Calendário Anual de Cultura para todo o país, pretende celebrar condignamente, nas épocas adequadas e a exemplo do que já vem fazendo, ora em sessões ordinárias, ora em solenidades especiais, as principais datas constantes da agenda do referido Calendário (...).”
(Conselho Federal de Cultura, 1969:07-20)

Os calendários avaliados nesta pesquisa foram referentes aos anos 1969 e 1970 e seguiram os parâmetros definidos pelos conselheiros na 101ª sessão plenária, apresentada acima. O Calendário era organizado a partir das sugestões dos membros do Conselho, das instituições culturais e das secretarias/conselhos estaduais. A elaboração dos projetos dos calendários anuais ficava sob responsabilidade de um intelectual escolhido pelo Conselho, que depois apresentava o projeto para aprovação, alteração ou inclusão de datas em sessão plenária. Os dois calendários foram compostos apenas por efemérides, em sua maioria, com datas superiores a cem anos. Só foram encontradas duas datas que rompiam esse padrão: 23 de maio, dia nacional do livro infantil, comemorado no Calendário de 1969; e 25 de dezembro, dia dos setenta e cinco anos do falecimento de Raúl Pompéia, comemorado no calendário de 1970. As agendas do calendário nem sempre eram constituídas por comemorações em todos os meses. A seção que os encerrava era dedicada às “datas internacionais”. O calendário de 1969 iniciou sua agenda no mês de setembro; já o calendário de 1970 iniciou a sua no mês de maio. Os dois calendários homenageavam reconhecidos literários, instituições culturais, personalidades políticas e acontecimentos históricos.

Para traçar o perfil das efemérides escolhidas para os Calendários, iremos apresentá-las resumidamente e investigaremos os elementos que norteiam a sua seleção. Como metodologia para análise da composição do calendário, subdividimos o grupo em quatro categorias: personalidade política; instituições culturais; literatos; personagens/acontecimentos históricos. O Calendário do ano de 1969 era composto por sete datas comemorativas, dedicadas a: três literatos; duas personalidades políticas; um intelectual; uma instituição cultural. No Calendário de 1970 foram comemoradas vinte e três datas dedicadas a: dez literatos; cinco personalidades políticas; quatro personagens/acontecimentos históricos; três instituições; uma comemoração contemporânea do Ministério.

A escolha dos homenageados segue alguns padrões: todas as personalidades homenageadas eram falecidas; as efemérides eram dedicadas às datas de nascimento ou morte de uma personalidade, acontecimento histórico ou criação de uma instituição; essas datas são consideradas marcos delimitadores e servem para enfatizar a importância de determinada obra ou personagem na formação sócio-cultural brasileira. No caso das instituições, todas ficavam na cidade do Rio de Janeiro e tinham o caráter nacional. As personalidades políticas exerceram cargos importantes no Império e nos anos iniciais da República; os literatos e jornalistas homenageados participaram de diversas entidades como as academias de letras e os institutos.

O hábito de homenagear grandes nomes da literatura não foi uma tradição inventada pelos conselheiros e já era praticado pela Academia Brasileira de Letras desde sua fundação em 1897. O investimento simbólico e financeiro para rememorar os homens que por aquelas cadeiras passavam e, por isso, eram considerados os “arautos” da nacionalidade, fomentou uma série de eventos, ensaios, biografias, monumentos, arquivos pessoais etc (FAR, 2000/1). Os conselheiros, muitos dos quais imortais da ABL, incorporaram ao CFC a mesma prática da homenagem, neste caso, não restrita apenas aos vultos da literatura, mas a todos aqueles que podiam integrar a memória nacional.

A associação entre literatura e nacionalidade realizada pela intelectualidade brasileira percorreu as mais diversas correntes literárias, tornando-se uma tradição entre os escritores. A crença no papel da literatura como “espelho da nação”, ou seja, relato descortinador das estruturas sociais brasileiras foi estimulado pelos nossos escritores. Assim, como destaca Velloso, homenagear literatos, financiar a publicação de suas obras completas e retratá-los em biografias eram instrumentos de divulgação das bases da nacionalidade, ação cívica e de reconhecimento ao papel de descortinador nacional exercido pelos vultos da literatura.

“Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social.” (VELLOSO, 1993:89-112)

O ritual de comemoração das efemérides incluídas nos calendários anuais previa a publicação de um artigo sobre a importância da efeméride na memória nacional, sua leitura em sessão plenária e uma salva de palmas. As homenagens eram verdadeiros rituais de glorificação da personagem escolhida e incluíam desde pequenos artigos até a publicação de uma biografia ou da sua obra completa. Conforme propõe Regina Abreu, essas práticas modernas de

recordar e indicar socialmente qual a “história de vida” merece destaque no conjunto social criam as performances sociais almeçadas e demonstram a importância dos “mortos” na caracterização dos tipos sociais considerados ideais.

“Relatos de personalidades desempenham um duplo papel na construção póstuma: de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. Ao incluir nas biografias ou nos rituais póstumos depoimentos de pessoas consagradas, os construtores de memória realizam um movimento com alto teor "aurático", onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos.” (ABREU, 1994:205-230)

O Calendário Cultural funcionava como um lugar de memória, ao selecionar os acontecimentos históricos, eventos e personagens considerados representativos da nacionalidade. Como afirma Nora, com o advento da modernidade, ocorre um processo de perda das memórias coletivas que dependem de rituais cotidianos, impossíveis de serem transmitidos e realizados nas modernas sociedades industriais. A perda da memória coletiva, transmitida e transformada cotidianamente, foi substituída pela história e pelos lugares de memória. A incapacidade de transmissão das memórias coletivas a todo corpo social e o aparecimento de múltiplas memórias, processo ocorrido com a maior diversificação da sociedade nos tempos modernos, propiciou o aparecimento de lugares, materiais ou imateriais, para resguardar os fragmentos de memórias dos grupos sociais e possibilitar os mecanismos de auto-identificação desses grupos.

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter adversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993:07-28)

Os lugares de memória funcionam como espaços operacionais de reorganização dos elementos simbólicos já esfacelados pela organização social pós-industrial. Esses lugares são criados com a finalidade de manter a coesão de um grupo e interessam, sobretudo, na legitimidade almejada pelos Estados Nacionais. Assim, os ideólogos da identidade nacional encontram nos lugares de memória, no qual podem atuar como agentes produtores, um espaço adequado para reconstruções aparentemente inquestionáveis do passado.

O Calendário Cultural criado pelo CFC funcionava como um dos tipos de lugar de memória, o oficial, ao pretender funcionar como instrumento ritualizado do universo político e cultural e eleger os elementos simbólicos constitutivos da nacionalidade. No entanto, a construção dessas estratégias de preservação das memórias coletivas através dos resquícios de passado,

produzidas por agentes sociais e legitimadas pelo Estado têm sua eficácia limitada. O desenvolvimento de uma história da história possibilitou a revisão da relação história-memória favorecendo a desritualização dos mecanismos de celebração da nação e o questionamento de sua legitimidade. Os lugares de memória oficial têm sua credibilidade questionada pelos cientistas sociais que criticam sua unanimidade, ainda que a força desses lugares consista na capacidade de gerar sentimentos de pertencimento.

“A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais nem ingênuo, nem indiferente. Memória que nos pressiona e que não é mais nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar fraco a herança e inventariá-la. Lugares salvos de uma memória que não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo (...).” (NORA, 1993:07-28)

Nos casos dos Calendários Culturais produzidos pelo Conselho, por exemplo, em alguns momentos foram incluídas datas comemorativas solicitadas por grupos tradicionalmente excluídos daquelas efemérides. Na 67ª sessão plenária, realizada em 19 de dezembro de 1967, Manuel Diégues Júnior leu uma carta enviada pelo grupo do Teatro Experimental do Negro, solicitando que no calendário de 1968 fosse incluída a comemoração pelo octogésimo aniversário da abolição dos escravos e que fosse realizado um concurso de monografias patrocinado pelo conselho sobre a importância do acontecimento histórico. A efeméride foi incluída no Calendário, mas as divergências sobre a realização do concurso tornaram-no improcedente. Dessa forma, o Calendário, lugar de memória, privilegiou a exaltação de símbolos tradicionais da história, reforçando a posição conservadora e nacionalista das políticas culturais destinadas ao setor.

O culto ao passado, realizado pelos conselheiros através da valorização de diversos tipos de lugares de memória, era considerado essencial na construção de um país moderno. A noção apresentada por Arthur Reis em seu artigo “O Culto do Passado no Mundo em Transformação”, publicado no segundo número da *Revista Brasileira de Cultura*, em 1969, debatia a importância do conhecimento histórico na soberania nacional e no desenvolvimento dos países modernos. O passado teria a função prioritária de fornecer os elementos de “sustentação da ideologia política” necessários a todos os Estados independentes.

“Não esqueçamos que, nos momentos mais difíceis da vida dos povos, o culto do passado, o tradicionalismo, hoje tão malsinado, serviu a manutenção das esperanças e valeu como fogo sagrado, necessário as energias que se perdiam ou

interrompiam e estavam precisando de renovação, do rejuvenescimento que se foi buscar no que ele representava, isto é, nos valores do pretérito distante ou próximo como lição eterna a guiar o mundo.” (REIS, 1969:57-68)

Para Arthur Reis, a função maior do Conselho e, logo, das políticas culturais, e que vinha sendo arduamente cumprida, era garantir a manutenção dos lugares de memória, materiais ou simbólicos. Tais lugares de memória guardavam os registros do passado, expressão cívica da grandeza nacional. A história nacional, ainda à espera de investigação, precisava ter suas fontes preservadas através de políticas dedicadas à preservação dos acervos documentais, arquivos, museus etc. Por outro lado, cabia aos historiadores a tarefa de proceder a uma investigação profunda nos milhões de documentos em busca de uma “história autêntica”. Assim, a ênfase no investimento prioritário das verbas nos lugares de memória era justificada pela necessidade cívica de promover políticas de preservação aos monumentos, de fomentar pesquisas que descortinassem a história nacional e de garantir um funcionamento regular às instituições culturais.

A produção intelectual do Conselho expressa nos calendários culturais, nas obras coletivas e nos periódicos oficiais, funcionava como políticas públicas em defesa do patrimônio e da cultura nacional. Tais estratégias compartilhadas em outros espaços de sociabilidade demonstram a importância do Estado na divulgação de projetos de grupos intelectuais específicos. A institucionalização do setor cultural só foi possível graças à inter-relação entre Estado e campo intelectual. Se a fragilidade do campo intelectual brasileiro os empurrava para as fileiras estatais, a presença dessas personagens no Estado consolidou o setor cultural como área de atuação governamental no Brasil, ainda que os poucos recursos fossem um entrave às ações políticas de maior abrangência.

Referências Bibliográficas:

ABREU, REGINA. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 205-230 p.210

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA Ata da 67ª sessão plenária realizada em 19 de dezembro de 1967. *Cultura*. n° 7, janeiro de 1968.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “O Conselho Federal de Cultura e suas atividades a serviço do Brasil”. In: *Cultura*. N°25, ano III, julho de 1969. pp.07-20 p. 17

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Ata da 59ª sessão plenária realizada em 13 de dezembro de 1967. In: *Cultura*, n° 6, ano I, dezembro de 1967. pp. 154-158 p.155

FAR, Alessandra El. “A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários.” *Estudos Históricos*, nº25, 2000/1

NORA, PIERRE. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo, nº10, dezembro de 1993 pp. 07-28

REIS, Arthur. “O Culto ao Passado num Mundo de Renovação”. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: outubro/dezembro de 1969. PP. 57-68 p. 59

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p. 93 pp.89-112